

Mídia (accountability social) e corrupção (transparência) nos municípios brasileiros

Media (social accountability) and corruption (transparency) in brazilian municipalities

Medios (responsabilidad social) y corrupción (transparencia) en municipios brasileños

Recebido: 24/04/2022 | Revisado: 02/05/2022 | Aceito: 10/05/2022 | Publicado: 14/05/2022

Suzana Quinet Bastos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8080-1486>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: quinet.bastos@ufjf.edu.br

Fábio Gama

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3772-411X>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: f140383@gmail.com

Ana Beatrice Maciel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8898-4539>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: anabeatricemaciel1998@gmail.com

Resumo

No Brasil, a corrupção tem permeado a administração pública. A transparência é um requisito de governança bem-sucedido para combater a corrupção. A liberdade de mídia é uma estratégia de transparência. Nesse contexto o presente artigo busca verificar a relação entre mídia (accountability social) e corrupção (transparência) nos municípios brasileiros. Para este fim, emprega um modelo de regressão linear múltipla, tendo como proxy para corrupção a avaliação de transparência da gestão pública realizada pelo Ministério Público Federal, presença de jornais e rádio-am como variáveis de interesse (mídia) e como variáveis de controle fatores demográficos e socioeconômicos utilizados na literatura de corrupção, tais como: concentração populacional, Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios para: Emprego e Renda, educação e saúde; PIB per capita e participação das despesas correntes do governo no PIB do município. O ano de análise é 2016. A relação positiva entre accountability social e transparência na gestão pública demonstra que uma imprensa livre é um pilar fundamental de uma sociedade democrática e essencial para esforços sustentados de combate à corrupção.

Palavras-chave: Mídia; Accountability social; Corrupção; Transparência.

Abstract

In Brazil, corruption has permeated the public administration. Transparency is a successful governance requirement for fighting corruption. Media freedom is a transparency strategy. In this context, this article seeks to verify the relationship between media (social accountability) and corruption (transparency) in Brazilian municipalities. To this end, it employs a multiple linear regression model, with the proxy for corruption being the evaluation of the transparency of public management carried out by the Federal Public Ministry, the presence of newspapers and radio-am as variables of interest (media) and as variables of control demographic and socioeconomic factors used in the corruption literature, such as: population concentration, Firjan Municipal Development Index for: Employment and Income, education and health; GDP per capita and share of current government expenditure in the municipality's GDP. The year of analysis is 2016. The positive relationship between media and transparency in public management shows that a free press is a fundamental pillar of a democratic society and essential for sustained efforts to fight corruption.

Keywords: Media; Social accountability; Corruption; Transparency.

Resumen

En Brasil, la corrupción ha permeado la administración pública. La transparencia es un requisito de gobernanza exitoso para combatir la corrupción. La libertad de prensa es una estrategia de transparencia. Así, este artículo busca verificar la relación entre los medios de comunicación (rendición de cuentas social) y la corrupción (transparencia) en los municipios brasileños. Para ello utiliza un modelo de regresión lineal múltiple, teniendo como proxy de corrupción la evaluación de la transparencia de la gestión pública realizada por el Ministerio Público de la Federación, la presencia de diarios y radio-am como variables de interés (medios) y como control variables factores demográficos y socioeconómicos utilizados en la literatura sobre corrupción, tales como: concentración de población, índice de desarrollo municipal de Firjan para: empleo e ingresos, educación y salud; PIB per cápita y participación del gasto público corriente en el PIB del municipio. El año de análisis es 2016. La relación positiva entre la

responsabilidad social y la transparencia en la gestión pública demuestra que la libertad de prensa es un pilar fundamental de una sociedad democrática y esencial para los esfuerzos sostenidos de lucha contra la corrupción.

Palabras clave: Medios de comunicación; Responsabilidad social; Corrupción; Transparencia.

1. Introdução

Embora haja evidências de algumas práticas de transparência fiscal que foram relatadas na antiguidade, ainda na presente data tais iniciativas são poucas (Khagram et al., 2013). O sigilo das informações fiscais ainda é comum no âmbito governamental. (Abreu et al., 2015). Tal sigilo, porém, tem sido objeto de muita discussão a partir de evidências derivadas de estudos sobre governança pública. o que reforça a ideia de que a promoção da transparência corrobora com o atingimento de resultados governamentais, tais quais, relacionados com a redução da corrupção (Khagram et al., 2013).

Para Kaufmann (2003), a transparência é um requisito de governança bem-sucedido para combater a corrupção. A liberdade de mídia é uma estratégia de transparência fiscal. É o acesso à informação que assegura a fiscalização da conduta dos governantes e permite a participação do povo no exercício do poder e no desfrute de seus direitos, daí a importância de informações fidedignas que correspondam com a realidade dos atos da gestão pública, pois, caso contrário, a sociedade é induzida a erro e conformismo. No entanto, de acordo com Mills (2012), estudos sobre os fatores que levam a redução da corrupção por meio do acesso da informação ainda são necessários.

No Brasil, a corrupção tem permeado a administração pública. Para Rausch e Soares (2010) a incessante investigação da transparência na administração pública nacional é tida como condição indispensável para que o Brasil continue progredindo no processo de desenvolvimento econômico, social e na consolidação da democracia.

A teoria empírica da democracia atribui grande importância aos mecanismos da accountability vertical e horizontal, mas dá menor atenção à chamada accountability social ou societária. A vantagem da accountability social, ou seja, aquela que é exercida por instituições da sociedade civil organizada e especialmente pela mídia, é que ela, desvinculada de organismos públicos controlados por governos e coalizões políticas majoritárias, pode mobilizar os cidadãos para pressionarem as instituições democráticas encarregadas de monitorar os poderes republicanos quando esses funcionam mal ou de modo insuficiente.

Neste contexto, o presente artigo busca verificar a relação entre mídia (accountability social) e corrupção (transparência) nos municípios brasileiros. Para este fim, emprega-se um modelo de regressão linear múltipla, tendo como proxy para corrupção a avaliação de transparência da gestão pública realizada pelo Ministério Público Federal, presença de jornais e rádio-am como variáveis de interesse (mídia) e como variáveis de controle fatores demográficos e sócio-econômicos utilizados na literatura de corrupção, tais como: concentração populacional, Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios para: Emprego e Renda, educação e saúde; PIB per capita e participação das despesas correntes do governo no PIB do município. O ano de análise é 2016.

Este trabalho se insere na literatura brasileira que analisa os determinantes da corrupção no Brasil. A presente análise inova ao tentar compreender a relação entre accountability social (mídia) e corrupção nos municípios brasileiros.

Além dessa introdução o artigo apresenta mais cinco seções. As seções seguintes apresentam o referencial teórico; a base de dados e análise descritiva; metodologia e modelo empírico; resultados e discussões e as considerações finais, respectivamente.

2. Corrupção e Mídia

Para o Banco Mundial, corrupção é o uso da posição pública de um indivíduo para fins privados ilegítimos. Este é um fenômeno oculto em que os participantes de esquemas corruptos visam manter seus atos em segredo, objetivando a manutenção de ganho ilícitos.

A corrupção é uma prática que contamina as novas democracias e, por isso, é necessário novos instrumentos de controle de poder. E apesar das eleições serem vistas como instrumento de democracia representativa, não é suficiente devido à falta de controle (Mota, 2006). Dessa forma, um dos maiores problemas dos regimes democráticos modernos reside em desenvolver formas e instrumentos de accountability (Rocha, 2011). Segundo Campos (1990) quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse na accountability.

A *accountability* é uma ferramenta associada ao Estado. Os preceitos democráticos possuem questões acompanhadas da representatividade como também de legitimidade. A *accountability* pode ser entendida como o valor da responsabilização decorrente da representação. Ao se referir a responsabilização que advém da representação, surge a accountability que seria a prestação de contas (Serra et al, 2012).

Segundo os autores, a *accountability* é multidimensional, porém pode ser compreendida a partir de dois pontos: a *accountability* vertical, que estabelece a prestação de contas dos representantes por meio do voto dos cidadãos nas eleições. Ou seja, os cidadãos podem participar da escolha de quem vai governá-los e expressar livremente suas opiniões e reivindicações. Para Rocha (2011, p.86) “a *accountability* vertical é produto da ação política do cidadão e da sociedade” e assegura a democracia em uma ordem política.

A *accountability* horizontal busca analisar diferentes formas de controle entre os marcos eleitorais com o objetivo de apurar uma maior consistência na ação de controle e acompanhamento dos representantes. Dentro dessa ótica, pode se inferir os controles de responsabilização destinados a todos que possuem uma parcela do poder político por meio da execução de seus cargos ou funções na esfera pública ou de interesse público.

A falta de mecanismos de accountability pode acarretar aumento da corrupção. Para Aranha (2015) as oportunidades para a corrupção são a consequência não da democracia em si mesma, mas de falhas nos mecanismos que deveriam permitir a *accountability*. O autor aponta que o aperfeiçoamento da performance econômica e o combate a corrupção são fenômenos que passam necessariamente pelo fortalecimento das instituições de *accountability*.

A informação é um meio de “transparência” dos atos e fatos pertinentes, sendo um método de prestação de contas e medida de combate a corrupção. Dessa forma, a mídia é peça fundamental para a formação da percepção do nível de corrupção. Para Avritzer et al (2008) os escândalos midiáticos representam a ação de controle social mais saliente em termos de luta contra a corrupção, pois permitem dar conhecimento à opinião pública. A mídia é uma forma de *accountability*, denominada de *accountability* social

Para Mesquita et al. (2014), *accountability* social é promovida por organizações e instituições da sociedade civil como a mídia impressa e eletrônica, e desvinculada de órgãos públicos inspecionados por governos e coalizões políticas majoritárias. Segundo Medeiros et. al. (2013) a *accountability* social é exercida pelos meios de comunicação (mídia) e por organizações não governamentais (ONGs). Essa *accountability* possui o papel de mobilizar os indivíduos a fim de pressionar as instituições democráticas que tem como função monitorar os poderes do Estado quando esses possuem um modo de gestão ineficiente.

A *accountability* social não permite a aplicação de sanções, porém pode indiretamente exercer alguma punição, uma vez que denúncias e advertências ganham efetividade quando um dos poderes, especialmente o Judiciário (*accountability* horizontal) ou o eleitorado (*accountability* vertical) é sensibilizado. Assim, uma *accountability* social eficiente pode auxiliar em um adequado funcionamento da *accountability* vertical e horizontal. A condição necessária para que os eleitores realizem suas escolhas eleitorais a fim de premiar ou punir gestores públicos é a provisão de informações sobre como o sistema político está funcionando efetivamente. Concomitantemente, a pressão da mídia possui como fator informar, esclarecer e estimular a investigação, avaliação e punição pelo sistema de integridade no que diz respeito a práticas ilegais desempenhadas por partidos políticos e políticos.

Para Lambert-Mogiliansky (2014) *accountability* social é um mecanismo de reduzir a informação assimétrica, o que permite melhoria na prestação de contas ao garantir a *accountability* dos funcionários públicos e reduzir a extensão da corrupção. Para o autor, quando o funcionário público junto com a população possui mecanismos de combate a informação incompleta, ocorre a proximidade da busca pela informação completa.

Para Joshi (2014) a informação pode se tornar pública por meio da mídia e o Estado responder na forma de mudança de comportamento, reforma do setor público e sanções. A *accountability* social pode gerar redução da corrupção, melhor governança e formulação de políticas, capacitação e cidadania de grupos marginalizados, capacidade de resposta dos prestadores de serviços e formuladores de políticas perante a demanda da população e ainda, a conquista de direitos e melhor desenvolvimento.

Camaj (2013) ao medir a relação entre a liberdade da mídia e a corrupção, levando-se em consideração elementos da *accountability* vertical (competitividade eleitoral, sociedade civil e participação eleitoral) e da *accountability* horizontal (independência judicial e sistema político) mostra uma associação entre altos níveis de liberdade da mídia e baixos níveis de corrupção. Para a autora, a liberdade midiática tem um efeito indireto mais forte sobre a corrupção quando associada a instituições de *accountability* horizontal.

3. Base de Dados e Análise Descritiva

Os dados sobre a nota de avaliação de transparência da gestão pública, *proxy* para corrupção, foram retirados do site do Ministério Público Federal (MPF), no Ranking Nacional de Transparência¹, no qual foram avaliados os portais dos 5.567 municípios brasileiros entre 09/05/2016 e 20/05/2016. Para a Controladoria-Geral da União (CGU) a transparência é o melhor antídoto contra a corrupção, uma vez que ela é um importante mecanismo indutor para que os gestores públicos ajam com responsabilidade. Uma gestão pública transparente permite à sociedade, com informações, colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

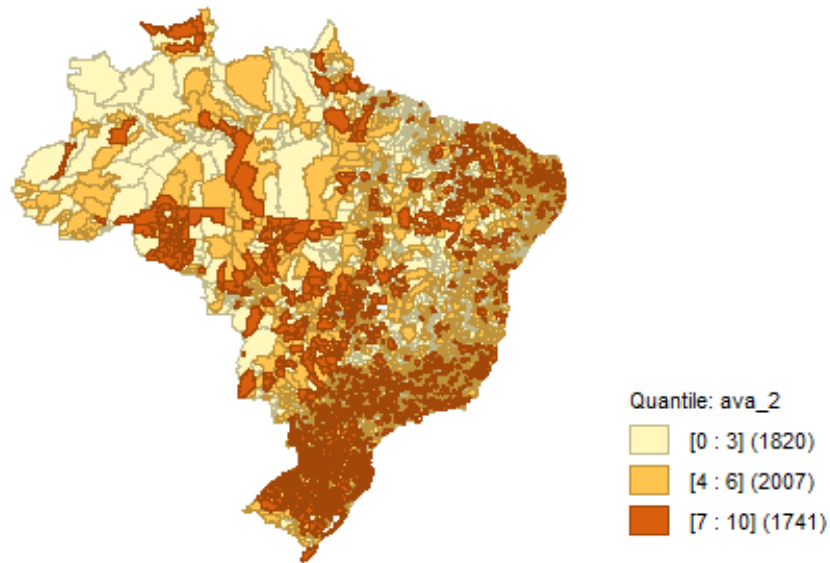
A partir da distribuição espacial da nota da avaliação de transparência pelo MPF ano de 2016 - Figura 1 -, observa-se que os municípios com as maiores notas se concentram nas regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, os municípios com as piores avaliações estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste. Assim, avaliação da transparência do MPF pode ser considerado uma variável espacial, pois apresenta *clusters* bem definidos e que seguem uma divisão Norte\Sul.

Mídia consiste no **conjunto dos diversos meios de comunicação**, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados. O universo midiático abrange uma série de diferentes plataformas que agem como meios para disseminar as informações, como rádio e jornais, por exemplo. Assim, as variáveis explicativas de interesse, as dummies referentes ao município possuir transmissão de rádio e jornais foram extraídas da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) para o ano de 2014, presente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir das figuras 2 e 3 que apresentam a distribuição geográfica das variáveis de mídia (radio-am e jornais), as evidências indicam que as regiões Sul e Sudeste concentram a maior parcela dos municípios que detém os veículos de mídia. Como no caso da nota de avaliação do MPF quanto a transparência (*ava_2*), a *clusterização* segue a dicotomia Norte\Sul, evidenciando o maior acesso à informação dos municípios situados nas regiões do eixo Centro-Sul do país.

¹ <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking/resultados>

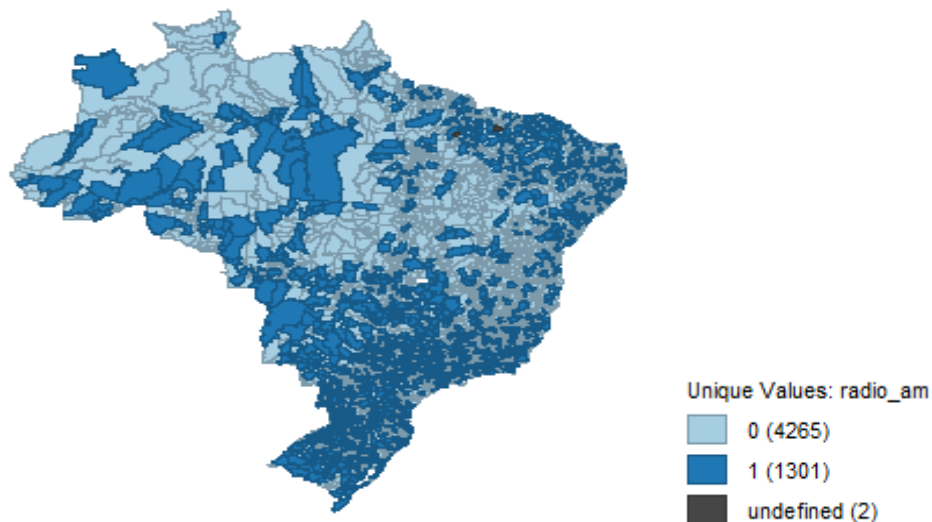
Figura1 – Dispersão da nota de transparência do MPF (AVA_2).



Fonte: Elaborado a partir dos dados do MPF.

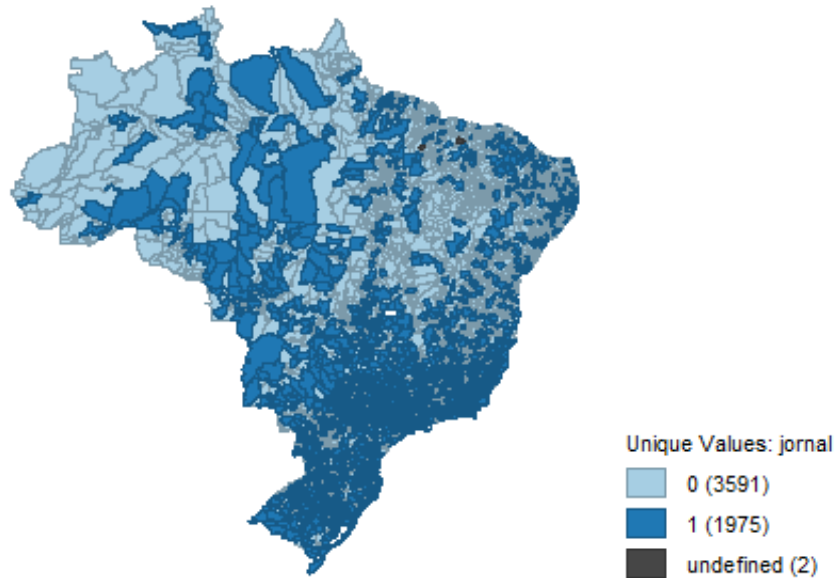
No caso brasileiro, Albuquerque (2007) verificou que em municípios com maior renda per capita o nível de corrupção é menor. Para Oliveira (2017) nas Unidades de Federação menos ricas e desiguais pratica-se menos atos corruptos, o que mostra uma configuração socialmente desejável. Dessa maneira, o desenvolvimento econômico se configura em alguns estudos como causa e em outros como consequência da corrupção

Figura 2 – Dispersão dos municípios que contém rádio-am.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Munic.

Figura 3 – Dispersão dos municípios que contém jornal.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Munic.

Leite (2010) verificou que o tamanho da população tem pouca significância estatística, que quanto maior o nível de urbanização do município, menor o número de ocorrências de corrupção, quanto maior a renda per capita e o IDH, aparecem menos irregularidades e quanto pior a situação dos municípios nos indicadores de indigência e o coeficiente de Gini, maior o número de ocorrências de corrupção.

Aranha (2011) confirma que quanto maior o tamanho da população, mais difícil se torna a tarefa de controlar e fiscalizar os comportamentos e as escolhas dos governantes, no que tange aos recursos federais repassados para os municípios de Minas Gerais. Para o autor, a relação da corrupção se mostrou positiva e significativa com as variáveis: índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Gini, nível de alfabetização e de escolaridade, renda per capita e quantidade de indigentes.

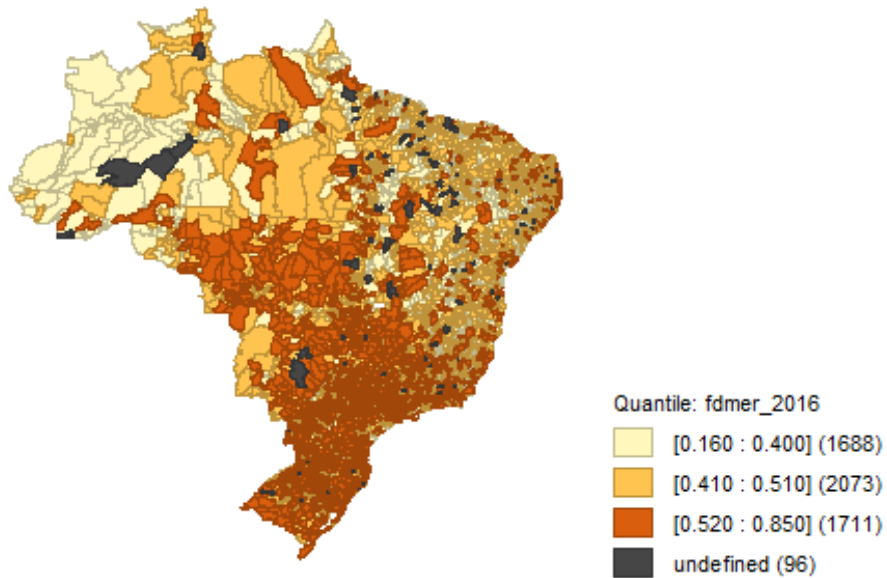
Miranda Júnior (2010) evidenciou que com o crescimento do volume de recursos destinados a um município, aumenta-se também o nível de corrupção nesse local. Para Del Monte e Papagni (2007) o gasto em infraestrutura pública não influencia a corrupção na Itália, já os gastos públicos relacionados ao consumo de bens e serviços apresentaram coeficiente positivo e significativo.

Assim, a partir da literatura que busca compreender os determinantes da corrupção foram utilizados os Índices Firjan de Desenvolvimento dos Municípios para emprego e renda, educação e saúde; concentração populacional, PIB per capita e participação das despesas correntes do governo no PIB do município como variáveis de controle no modelo econométrico.

Os índices de desenvolvimento foram obtidos através da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), referente ao ano de 2016. A concentração populacional e o PIB per capita, também referentes ao ano de 2016, foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, retirou-se as despesas correntes dos municípios para o ano de 2016 no site do IPEADATA para construir a variável que mensura a participação da despesa corrente do governo no PIB do município.

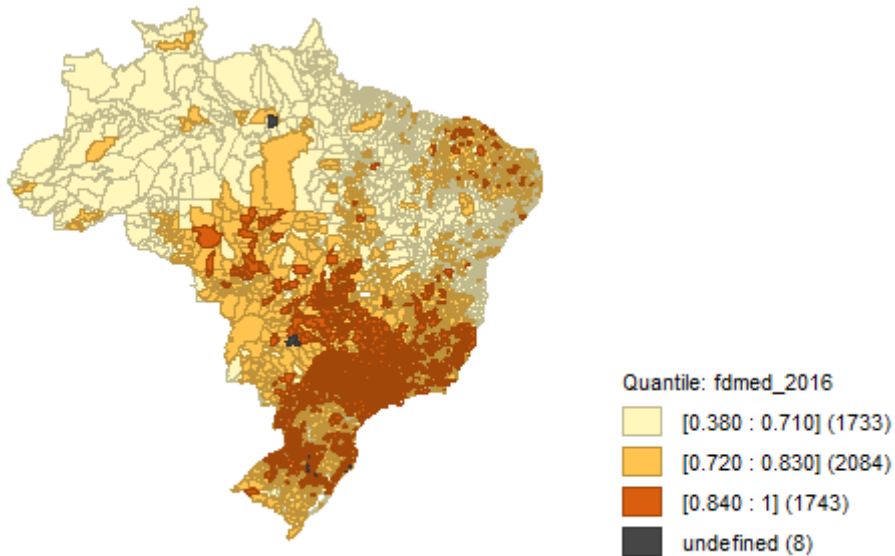
De acordo com as figuras 4, 5, 6 e 7 os municípios com maiores níveis de IDH para os três índices e PIB per capita, encontram-se nas regiões Sul e Sudeste do país. Esta *clusterização* também evidencia uma dicotomia Norte\Sul, agora, no que tange ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Figura 4 – Dispersão FDMer.



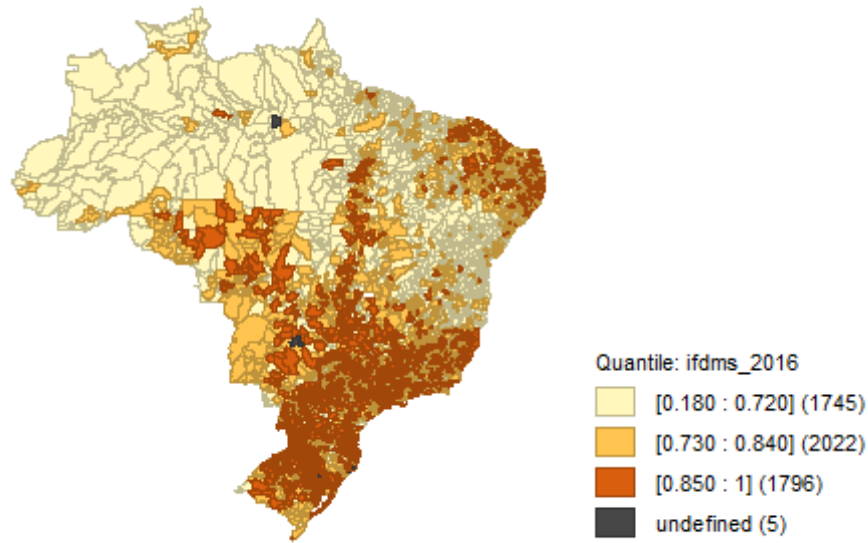
Fonte: Elaborado a partir dos dados da Firjan.

Figura 5 – Dispersão FDMed.



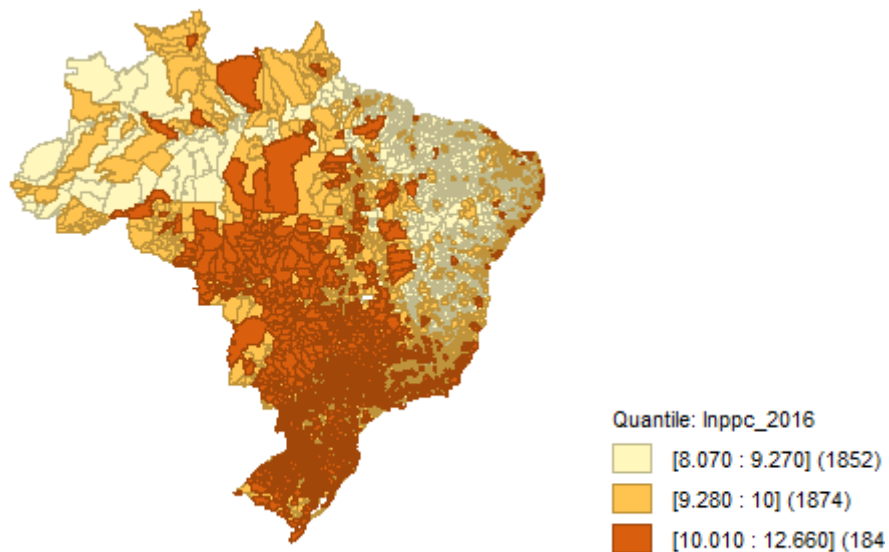
Fonte: Elaborado a partir dos dados da Firjan.

Figura 6 – Dispersão FDMs.



Fonte: Elaborado a partir dos dados da Firjan.

Figura 7 – Dispersão do PIB per capita.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE.

De forma geral, comparando a dispersão da avaliação das notas de transparência do MPF (Figura 1) com a dispersão das variáveis de mídia (figuras 2 e 3), nota-se uma relação positiva entre a transparência da gestão pública e mídia, na medida que a distribuição espacial das avaliações do MPF se assemelha a distribuição dos veículos de mídia, observando uma concentração nas regiões Sul e Sudeste. Isso vale também para as variáveis de desempenho socioeconômico, pois, as regiões Sul e Sudeste apresentam melhores níveis de IDH's e PIBpc em comparação as regiões Norte e Nordeste.

4. Metodologia e Modelo Empírico

A metodologia empregada é o modelo de Regressão Linear Múltipla, modelagem econométrica em que existe uma relação linear entre a variável dependente (variável y) com duas ou mais variáveis independentes (k variáveis - X_1, X_2, \dots, X_n).

De acordo com Wooldridge (2018) o modelo de regressão linear múltipla permite desenvolver modelos mais robustos com o objetivo de prever o comportamento da variável dependente, e pode ser escrito como (1):

$$y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k + u, \quad (1)$$

Em que:

β_0 = intercepto;

β_1 = parâmetro associado a x_1 , ou coeficientes de regressão parcial, mensurando a variação de y em relação a x_1 e assim por diante;

X_k = variáveis independentes;

u = termo de erro ou erro aleatório não observável.

Assim, o modelo empírico a ser estimado pode ser descrito pela equação 2:

$$ava_2 = \beta_0 + \beta_1 radio_am + \beta_2 jornal + \beta_3 ppop + \beta_4 ifdmer + \beta_5 ifdmeduc_{2016} + \beta_6 ifdmsud + \beta_7 lnpiibpc + \beta_8 indesppib + u,$$

(2)

Em que:

ava_2 = nota de avaliação do MPF quanto a transparência;

$radio_am$ = variável *dummy* se o município possui ou não transmissão de rádio AM;

$jornal$ = variável *dummy* se o município possui ou não jornal;

$ppop$ = concentração populacional;

$ifdmer$ = Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios para Emprego e Renda;

$ifdmeduc$ = Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios para educação;

$ifdmsud$ = Índice Firjan de Desenvolvimento dos Municípios para saúde;

$lnpiibpc$ = PIB per capita;

$indesppib$ = participação das despesas correntes do governo no PIB do município.

O método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) é popularmente usado para estimar os parâmetros do modelo de regressão múltipla, quando a análise em si é baseada em apenas uma *cross-section* (WOOLDRIDGE, 2018).

5. Resultados e Discussões

A fim de corroborar as evidências apresentadas na análise descritiva, estimou-se modelo empírico (1). Na Tabela 1 foram estimados os coeficientes do modelo empírico a fim de tornar robustos os resultados² previamente apresentados.

Os primeiros três coeficientes indicam a relação entre a nota do MPF e as variáveis de controle do modelo empírico³. No que tange à significância e sinal das variáveis de mídia ($radio_am$ e jornais), estas se apresentam significativas a 99% de confiança e com sinal positivo, sugerindo que cidades que tem rádio e jornais atingem melhores notas na avaliação do MPF.

²Na análise econométrica o número de observações foi de 5185, pois foram excluídos os municípios não apresentaram dados para pelo menos uma das variáveis do modelo. Além disso, a fim de evitar o problema de heterocedasticidade, estimou-se o modelo por MQO robustos.

³ Com o intuito de suavizar a escala das variáveis, a análise foi realizada com os logaritmos naturais de PIB e $desppib$.

Ainda, as variáveis que mensuram a densidade populacional e as características socioeconômicas dos municípios (IDH de renda e emprego, IDH de saúde, IDH de educação e PIB per capita) apresentam-se com sinais positivos e significativas a pelo menos 95% de confiança, indicando que o número de habitantes residentes no município e o nível de desenvolvimento socioeconômico são fatores importantes para determinar o grau de transparência dos gestores.

Tabela 1 - Resultado da regressão.

Regressores\Regredido	ava_2
radio_am	0.431*** (0.000)
jornais	0.182** (0.046)
ppop	0.252** (0.015)
fdmer	1.443*** (0.001)
fdmeduc	1.073*** (0.013)
Fdms	2.748*** (0.000)
lnpibpc	0.695*** (0.000)
Indesppib	0.695 -0.019 (0.853)
Constant	-5.187*** (0.000)
N	5,185
R ²	0.1401

* $p < 0.1$ ** $p < 0.05$ *** $p < 0.01$

† Erros padrões robustos entre parênteses

Fonte: Elaboração própria

Por fim, a variável que mensura a acessibilidade dos gestores aos recursos públicos (despesas correntes do município/ PIB) não se mostrou significativa, contudo, apresentou sinal esperado, de acordo com Del Monte & Papagni (2007) isto é, quanto maior o acesso dos gestores aos recursos públicos, menor é grau de transparência.

6. Conclusão

A relação positiva entre mídia e transparência na gestão pública corrobora Avritzer et al (2008); Mesquita et al. (2014); Joshi (2014) e Camaj (2013) e realça o papel importante dos meios de comunicação sobre a forma como os gestores prestam conta dos recursos públicos à população. Os autores destacam que a exposição midiática representa uma ação social relevante contra a corrupção, pois, pressiona os gestores a agirem com cautela e evitarem escândalos midiáticos que podem representar o desgaste de sua imagem frente a população eleitora. Assim, uma imprensa livre é um pilar fundamental de uma sociedade democrática e essencial para esforços sustentados de combate à corrupção. A pressão da mídia se constitui em um fator decisivo para informar, esclarecer e estimular a investigação, avaliação e punição pelo sistema de integridade em torno de práticas ilegais realizadas por políticos e por partidos políticos

De forma, geral, evidências apontadas pelos coeficientes das variáveis de controle informam que o grau de concentração populacional nas cidades é fator relevante para explicar possíveis comportamento escusos dos gestores públicos. Kricheli et al. (2011), apontam que os benefícios de se ter uma população concentrada é seu poder de protesto, pois, protestos só

são possíveis quando se há alguma aglomeração populacional, afinal, não se pode haver massas descontentes sem que existam as massas em primeiro lugar.

Já os coeficientes das variáveis socioeconômicas (IDH de renda e emprego, IDH de saúde, IDH de educação e PIB per capita) apontam que o bem-estar social também é um fator importante para determinar o grau de transparência da gestão pública. Melhores níveis de renda, educação e saúde podem estar relacionados com maior acesso à informação e maior instrução por parte da sociedade. Isso implicaria em maior fiscalização e em maior nível de transparência por parte dos gestores. Ademais, o maior conhecimento da população acerca das obrigações dos gestores, faz com que estes se tornem mais exigentes.

Com isso, maiores investimentos na saúde e educação associado com políticas de distribuição de renda podem ter um efeito positivo na participação cívica dos eleitores, possibilitando o acesso à informação para uma parcela cada vez maior da sociedade e, conseqüentemente maior controle, maior transparência e menor corrupção por parte dos gestores.

Como sugestões futuras, o passo seguinte seria realizar um estudo mais aprofundado considerando o papel da mídia sobre a corrupção no mundo, seja comparando os países individualmente ou em blocos. Contudo, a ausência de dados estatísticos para muitos países pode ser um obstáculo de modo que há a possibilidade de que a amostra seja diminuída. Entretanto esforços de pesquisa nessa área se fazem necessários.

Referências

- Abreu, W. M., Gomes, R. C., & Alfinito, S. (2015). Transparência Fiscal Explica Desenvolvimento Social nos Estados Brasileiros? *Revista Sociedade*.
- Albuquerque, B. E. (2007). *Ética pública na gestão municipal: uma análise dos incentivos à corrupção nas prefeituras brasileiras*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Aranha, A. L. M. (2011). *Corrupção e Governo Local: uma análise dos municípios mineiros*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Aranha, A. L. M. (2015). *A Rede Brasileira de Instituições de Accountability: um mapa do enfrentamento da corrupção na esfera local*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Atividade-Fim — Portal da Transparência do MPF. (2021). Mpf.mp.br. <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/atividade-fim/audiencias-publicas/conteudo/atividade-fim>
- Avritzer, L., Bignotto, N., Guimaraes, J & Starling, H. (2008) *Corrupção: Ensaios e Críticas*. Ed. UFMG.
- Camaj, L. (2013). The media's role in fighting corruption: Media effects on governmental accountability. *The International Journal of Press/Politics*, 18(1), 21-42.
- Campos, A. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista da Administração Pública*, 24(2), p.30-50
- Del Monte, A & Papagni, E. (2007). The Determinants of Corruption in Italy: Regional Panel Data Analysis. *European Journal of Political Economy*, 23(2), 379-396.
- D01 - GT Combate à Corrupção (Autuação). (2021). MicroStrategy. Mpf.mp.br. <https://sig.mpf.mp.br/sig/servlet/mstrWeb?evt=3140&src=mstrWeb.3140&documentID=2C3AEE4011E466AA00000080EF85236C&Server=MSTRIS.PGR.MPF.MP.BR&Project=Unico&Port=0&share=1>
- Estatísticas — Portal de Combate à Corrupção. (2021). Mpf.mp.br. <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/estatistica>.
- Ipeadata. (2021). Ipeadata.gov.br. <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>
- Joshi, A. (2014). Reading the local context: a causal chain approach to social accountability. *IDS Bulletin*, 45(5), 23-35.
- Khagram, S., Fung, A & De Renzio, P. (2013). *Open budgets: The political economy of transparency, participation, and accountability*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Kaufmann, D. (2003). Rethinking governance: empirical lessons challenge orthodoxy. *Macroeconomics*, University Library of Munich, Germany.
- Lambert-Mogiliansky, A. Social Accountability: Persuasion and Debate to Contain Corruption. 2014.
- Leite, A. A. B. (2010). *Descentralização, Responsabilização e (des) Controle: determinantes e impactos da corrupção e má gestão dos recursos federais nos municípios brasileiros*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

- Kricheli, R., Livne, Y & Magaloni, B. Taking to the streets: Theory and evidence on protests under authoritarianism. (2011). In: APSA 2010 Annual Meeting Paper, Washington DC.
- Medeiros, A. K., Crantschaninov, T. I & Silva, F. C. (2013). Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais. *Revista de Administração Pública*, 47(3), 745-775.
- Mesquita, N. C., Moisés, J. A & Rico, B. (2014). Diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. In I. F. Cunha, & E. Serrano (Coords.), *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais* (pp. 283-316). Lisboa, Portugal: Alêtheia.
- Mills, A. (2012). Causes of corruption in public sector institutions and its impact on development. In: *United Nations Public Service Day: Awards Ceremony and Forum*, New York. <https://publicadministration.un.org/en/2012unpsa>
- Miranda Júnior, J. C. (2010). *A corrupção nos municípios brasileiros: uma análise a partir dos relatórios de fiscalização produzidos pela Controladoria Geral da União*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Mota, A. (2006). *Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rausch, R & Soares, M. (2010). Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília*, 4(3), 23-43.
- Rocha, A. C. (2011). Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. *Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília*, 14(2), p. 82-97.
- Serra, R. C Chió., Carvalho, J. R. C & Carneiro, R. (2012). Accountability democrática e as ouvidorias. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Edição especial*, 135-153.
- Wooldridge, J. M. (2018). *Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna*. 6ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil.